



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2022

ÍNDICE

1. ORGÃOS SOCIAIS.....	1
2. CONSIDERAÇÕES GERAIS	2
2.1.BREVE HISTORIAL.....	2
2.1.1.Fundamentos da Criação do Fundo Soberano	2
2.1.2.Natureza	3
2.1.3.Finalidade e objeto.....	3
2.1.4.Operações vedadas	4
2.1.5. Actividades Desenvolvidas	4
2.1.6. Instalação dos Serviços	4
2.1.7. Instrumentos de Gestão.....	5
3. RESUMO DOS FACTOS MAIS RELEVANTES EM 2022	6
4. MARCO CRONOLÓGICO	6
5. GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS	7
6. RESULTADOS FINANCEIROS - ANO ECONÓMICO 2022.....	8
6.1. Receitas	8
6.2. Despesas	8
6.3. Resultado Líquido do Exercício	9
6.4. Perspectivas para o Ano de 2023	9
7. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	10
7.1.Enquadramento da economia internacional.....	10
7.2.Enquadramento da economia cabo-verdiana	12
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14

1. ORGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

- **Presidente:**

Dr. Pedro Mendes de Barros - Início do mandato em julho 2022

- **Vogais:**

Dr. João Carlos Tavares Fidalgo

Dr. Edney Samir Sanches Cabral – Término do mandato em julho de 2022

Dr^a Manuela Santos Delgado - Início do mandato em julho de 2022

- **Suplente:**

Dr. José Luís Semedo

- **Conselho Consultivo**

Presidente da Câmara do Comércio Indústria e Serviços de Sotavento

Presidente da Câmara de Comércio Barlavento

Presidente da Câmara do Turismo

- **Fiscal Único**

Dr. Valentim Pinto



2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

No cumprimento das disposições legais, vem o Conselho de Administração do Fundo Soberano de Garantia do Investimento Privado, apresentar o Relatório e Contas referente ao exercício de 2022.

2.1. BREVE HISTORIAL

2.1.1. Fundamentos da Criação do Fundo Soberano

As sucessivas crises financeiras que vem desde a crise do *subprime* abalaram a economia global e, reduziram de forma drástica a tolerância ao risco pelos financiadores, nomeadamente os bancos e outras instituições financeiras, fizeram com que surgissem novas e maiores exigências de garantias nos contratos de financiamento às empresas.

Para facilitar o acesso ao mercado financeiro, em particular ao mercado externo, como opção para o financiamento dos projetos empresariais, as empresas cabo-verdianas precisam de soluções que só o Estado pode disponibilizar, mormente quando se tratam de projetos de grande dimensão e exigência de capitais indispensáveis ao desenvolvimento do país.

Assim, o Governo de Cabo Verde, no âmbito do seu programa de melhoria de acesso ao financiamento das empresas, decidiu disponibilizar também às grandes empresas e aos projetos de maior dimensão, garantias financeiras de modo a facilitar o acesso ao financiamento, à semelhança das coberturas disponíveis para as micro, pequenas e médias empresas, com a criação da Pró Garante.

Nesta perspetiva, decidiu o Governo constituir um novo instrumento de fomento empresarial que fazendo parte do ecossistema de financiamento à economia, tem como fim último assegurar às empresas, sobretudo as mais exigentes em capital, um mecanismo de cobertura com garantias que lhes permitam mitigar os riscos de financiamento dos seus investimentos junto do sector financeiro, nacional e internacional.



Com efeito, em agosto de 2019, através da Lei nº 65/IX/2019, o Governo criou o Fundo Soberano de Garantia do Investimento Privado (Fundo). Dotado de um capital social inicial de €100.000.000 (cem milhões de euros), dos quais €90.000.000 € (9.923.850.000 CVE) realizados de imediato pelo Estado, por afetação dos recursos oriundos da extinção do *International Support For Cabo Verde Trust Fund*, criado em 1998, para suportar o acordo de convertibilidade do ECV em Euros. Os restantes €10.000.000 (1.162.650.000 CVE) a serem realizados com o produto da colocação no mercado de valores mobiliários de Títulos de Rendimento de Mobilização de Capital (TRMC), pelo Estado, através da Direção-Geral do Tesouro.

2.1.2. Natureza

Ao Fundo Soberano foi atribuído a natureza jurídica de património autónomo, sob a forma de sociedade anónima unipessoal, pelo que responde exclusivamente pelas dívidas, encargos e responsabilidades em que incorra no decurso da sua atividade de prestação de garantias.

2.1.3. Finalidade e objeto

Como objeto de intervenção, o Fundo Soberano deve apenas conceder garantias a dois tipos de operações:

- a) A emissão de valores mobiliários (ações e obrigações), por empresas comerciais privadas cabo-verdianas em mercados regulamentados para o financiamento dos respetivos investimentos;
- b) O financiamento sob a forma de créditos e outras operações financeiras equivalentes de que sejam beneficiárias as empresas comerciais privadas cabo-verdianas.



2.1.4. Operações vedadas

O Fundo Soberano está limitado a prestar garantias apenas a favor de empresas privadas, dispondo, por conseguinte de limitações, nomeadamente como as de não garantir títulos do Estado e nem de financiamentos às empresas que tenham participação direta e ou indireta do Estado, superior a 25% do capital social.

2.1.5. Atividades Desenvolvidas

Não obstante ter sido declarado junto da Repartição de Finanças o início formal da atividade do Fundo Soberano em janeiro de 2021, como se sabe, o surto da pandemia do COVID-19 em 2020 ao prolongar-se pelo ano de 2021, através do surgimento de novas variantes do vírus muito mais contagiosas a nível mundial, teve um impacto negativo na economia global, acabando por provocar a paralisação no arranque das atividades do Fundo.

Ainda em 2021 surgiu um outro atraso no início do funcionamento do Fundo Soberano, desta vez relacionada com a alteração da entidade de supervisão, num processo legislativo que ficara concluído em abril de 2022.

Só a partir de julho de 2022, com a recomposição do Conselho de Administração pela nomeação dum novo Presidente, bem como a fixação da respetiva remuneração em finais de novembro de 2022, que ficaram criadas as condições para o arranque efetivo do funcionamento do Fundo Soberano.

2.1.6. Instalação dos Serviços

Em dezembro de 2022, foi celebrado um contrato de arrendamento para a instalação da sede, bem como a aquisição dos mobiliários de escritório, consumíveis e dos equipamentos e material informático.

Na mesma data, foram estabelecidos contratos nas áreas de telecomunicação, energia e água, a fim de garantir o funcionamento adequado do Fundo. Também foram analisadas algumas propostas de desenvolvimento informático.

2.1.7. Instrumentos de gestão

Foi ainda durante o mês de dezembro de 2022 que foram elaborados os termos de referência e orientações para a criação do Manual de Procedimentos para emissão de garantias, bem como a elaboração duma proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2023.

Foram realizadas igualmente a análise dos relatórios trimestrais enviados pelo Banco de Portugal, com o objetivo de avaliar a performance das carteiras e cumprimento das normas estabelecidas previamente.

Também se fez alguns atendimentos às empresas cabo-verdianas que manifestaram necessidade de obtenção da garantia do Fundo Soberano, visando sobretudo a busca de melhores soluções em termos de montagem financeira para a implementação e desenvolvimento dos seus projetos.

3. RESUMO DOS FACTOS MAIS RELEVANTES EM 2022

O processo legislativo relacionado com a alteração da entidade de supervisão do Fundo, ficou concluído em abril de 2022, com a promulgação da lei que passou a supervisão do Fundo do Banco de Cabo Verde para a Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM).

Em 13 de julho de 2022, teve lugar a recomposição do Conselho de Administração com a nomeação de um novo Presidente.

Em setembro de 2022, com o início das funções do administrador executivo, iniciaram-se as diligências com vista à instalação física da instituição, bem como a contratação dos serviços especializados e dos recursos técnicos e materiais necessários.

De registar ainda que em outubro de 2022, foi publicada a portaria que fixa a remuneração dos membros do Conselho de Administração.

Em dezembro de 2022, deu-se finalmente início aos atendimentos empresariais na nova sede, sita no Edifício BAI Center, em Chã de Areia.

4. MARCO CRONOLÓGICO

2019 agosto	Lockdown	2021 janeiro	Declaração início da atividade	2021 abril	Aprovação mudança supervisão	2022 abril	Recomposição do CA	2022 outubro	Instalação da Sede
Criação Fundo Soberano	2020 março	Nomeação do CA	2021 janeiro	Saída PCA para Governo	2021 outubro	Promulgação mudança supervisão	2022 julho	Fixação remuneração CA	2022 dezembro



5. GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A gestão dos recursos financeiros do Fundo Soberano num total de 90 milhões de euros, correspondente ao capital social inicial, foi confiada ao Banco de Portugal, com base num contrato celebrado em 12 de julho de 2021 tendo por base um conjunto de Normas Orientadoras da Gestão de Ativos.

Em 2022, apesar dos mercados financeiros terem sido penalizados pela guerra na Ucrânia., mesmo assim verificou-se uma subida simultânea das taxas de inflação, bem como as de juro em toda a zona euro e em todos os prazos.

Ao longo do ano de 2022 foram realizadas algumas operações de compras e vendas de títulos, tanto os da Carteira de Investimento avaliada *a preço de mercado* (market-to-market), como a Carteira de Investimento a vencimento avaliada *a custo amortizado*. Porém, não foram suficientes para superar os encargos suportados com a custódia de títulos, pelo que se verificou mais uma vez uma performance negativa das carteiras de investimentos.



6. RESULTADOS FINANCEIROS - ANO ECONÓMICO 2022

6.1. Receitas

O ano económico de 2022 deveria ser o ano da retoma económica, após os efeitos da crise provocada pela pandemia da Covid-19. Contudo, a atividade económica global ficou novamente marcada de forma negativa pelo surgimento da guerra Rússia – Ucrânia, que provocou impactos significativos sobre a inflação global, sobretudo nos preços dos combustíveis e nos produtos da cadeia de abastecimento global.

Assim, com exceção da atividade turística, não ocorreu em Cabo Verde a esperada retoma da atividade empresarial noutros sectores económicos. Por conseguinte, também devido ao arranque do funcionamento efetivo do Fundo apenas no último trimestre do ano, não foram solicitadas emissões de garantias e nem realizadas quaisquer atividades que possam gerar receitas, pelo que à semelhança do ano anterior, foram também nulas as comissões de garantia, durante o exercício económico de 2022.

Relativamente aos rendimentos provenientes das aplicações financeiras, apesar de em termos de política monetária começar a haver nos países da Europa uma subida das taxas de juros oficiais, nos mercados obrigacionistas registaram perdas expressivas em todos os prazos.

Apesar de terem sido feitas algumas transações originando a alteração da composição dos títulos das duas carteiras, o efeito das rentabilidades obtidas conjugado com os pagamentos dos encargos com a gestão, mais uma vez não foi suficiente para evitar que a performance total da carteira deixasse de ser negativa.

6.2. Despesas

Em relação às despesas, diferentemente do ano económico anterior, com o arranque efetivo das atividades foram realizadas despesas para a instalação da instituição, nomeadamente a aquisição de equipamentos de escritório e outras relacionadas com os gastos gerais administrativos e com pessoal, num total de 1.919.470\$00 (um milhão novecentos e dezanove mil e quatrocentos e setenta escudos).

6.3. Resultado Líquido do Exercício

Resumindo, em termos de Resultado Líquido do Exercício de 2022, à semelhança do exercício económico do ano anterior, as receitas obtidas com as ordens de compra e venda de títulos realizadas, não foram suficientes para superar os encargos suportados com a custódia de títulos, pelo que somando a performance negativa das duas carteiras de investimentos mais os gastos gerais administrativos e com pessoal, tem-se um resultado líquido negativo no valor de 96 326 519\$00 (noventa e seis milhões, trezentos e vinte seis mil, quinhentos e dezanove escudos).

6.4. Perspetivas para o ano de 2023

De acordo com o Relatório de Gestão do Banco de Portugal de 2023 relativo aos dois primeiros trimestres de 2023, constata-se, por um lado, uma valorização positiva da performance gerada para cada uma das carteiras de investimentos durante este período, a ascender em junho de 2023 o montante acumulado de € 345.956,62, resultado direto das melhorias das taxas de juros dos ativos nos mercados financeiros.

Por outro lado, com a plena entrada do funcionamento do Fundo Soberano, prevê-se em 2023 o início da geração de receitas provenientes da cobrança de comissões pela emissão de garantias, pelo que se perspetiva uma melhoria significativa nos resultados líquidos no próximo exercício.

O Conselho de Administração,



7. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

7.1. Enquadramento da economia internacional

No cenário macroeconómico internacional, o ano de 2022 ficou marcado pelo 1º ano após a pandemia da COVID-19 que inverteu dramaticamente a trajetória do crescimento da economia global.

Medidas de política económica têm sido adotadas pelos governos e bancos centrais no sentido de reestabelecer a confiança dos agentes económicos e mitigar os efeitos negativos da pandemia. Enquanto alguns países ainda lutavam para vencer o vírus (exemplo, o caso da China), muitos estavam a concentrar os seus esforços no plano de recuperação económica. A esse respeito, pesa o facto de haver ritmos diferentes entre os países na sua elaboração e implementação.

De acordo com o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) isto é explicada pelos atrasos no processo de vacinação e pela fraca capacidade de resposta dos países com menos recursos financeiros. Contudo, em finais de 2022 ainda persistia muita incerteza quanto à recuperação da economia, ainda mais com o início e agravamento da guerra na Europa entre a Rússia e a Ucrânia, com fortes impactos sobre os preços dos combustíveis e dos alimentos. A conjuntura é fortemente influenciada pela inflação, por exemplo: nos Estados Unidos, passou de 2,6% em 2021 para 7,1% em 2022; na zona Euro, passou de 2,6% em 2021 para 8,4% em 2022; e, no Reino Unido, passou de 1,2% em 2021 para 6,1% em 2022. As projeções do FMI apontam para um menor crescimento da economia mundial em 2022 (de 3,4%) face à estimativa de 6,2% em 2021, sendo 2,0% nos EUA, 3,5% na zona Euro, 3,0% na China e 3,8% na África Subsariana (onde inclui também Cabo Verde).

De acordo com o FMI, as principais economias mundiais estão em recessão e, assim deverão continuar em 2023. Para o BM, essa tendência de desaceleração do crescimento global é devido às elevadas taxas de inflação, taxas de juros mais altas, redução do comércio mundial, redução dos investimentos e efeitos da invasão russa na Ucrânia. Assim, o BM projeta um crescimento de 2,9% em 2023.

Quanto ao mercado do trabalho mundial, em 2021 o mundo começou a recuperar os empregos perdidos durante a pandemia da COVID-19, apresentando reduções nas



taxas de desemprego nos principais mercados em 2022: nos Estados Unidos, baixou de 5,3% em 2021 para 3,5% em dezembro de 2022; na zona Euro, baixou de 7,7% em 2021 para 6,7% em 2022; e Reino Unido, baixou de 4,5% em 2021 para 3,7% em 2022.

Como forma de assegurar a estabilidade financeira e mitigar os efeitos hostis da pandemia sobre os mercados, os governos e os bancos centrais das economias avançadas implementaram medidas de política monetária e orçamental. A maioria das medidas fiscais e monetários mantidos em 2021 extinguiram-se em 2022. Entretanto, essas medidas foram atempadas e mantiveram os mercados financeiros estáveis. Analisando concretamente o mercado da zona do Euro, principal fornecedor de Cabo Verde, as taxas de juros crescerem no mercado. De acordo com o Banco Central Europeu, os bancos centrais da área do euro aumentaram a taxa de facilidade permanente de cedência de liquidez de 0,25% em 2021 para 0,92% em 2022. No mercado monetário interbancário, por exemplo, a Euribor a 12 meses passou de -0,49% em 2021 para 1,11% em 2022.

No mercado bolsista, o *Índice Dow Jones Euro Stoxx* teve uma queda de 33,7 pontos em 2022 face a 2021, registado em 414,6 pontos. Isto demonstra a ligeira queda na procura de ações face à melhoria das taxas de rentabilidade das obrigações de dívida pública, por exemplo a 10 anos, que passou de 0,20% em 2021 para 2,04% em 2022. Nos mercados cambiais, assistiu-se em 2022 a uma depreciação histórica do euro face ao dólar americano em que, pela primeira vez em 20 anos, houve uma convergência entre o valor das duas moedas. De dezembro de 2021 à dezembro de 2022 houve uma desvalorização do euro face ao dólar de 1,1304 para 1,0589. Entre as principais razões apontadas para essa paridade cambial entre dólar e euro está a crise energética na Europa devido às consequências da guerra na Ucrânia, com o bloqueio do gasoduto submarino *North Stream 1*, que transporta gás da Rússia para a Alemanha.

Após a suspensão da maioria dos apoios económicos como medidas para mitigar os efeitos da pandemia da COVID-19, a incerteza passou o tomar parte cada mais da conjunta económica mundial. É que para além da pandemia, as economias em todo o mundo estão a lidar com as incertezas sobre a evolução da inflação e as tensões geopolíticas resultantes da guerra na Ucrânia.



7.2. Enquadramento da economia cabo-verdiana

Após a atividade económica ter crescido 6,8% em 2021, depois de ter contraído 19,6% em 2020 devido aos impactos da pandemia da COVID-19, a economia cabo-verdiana em 2022 ficou marcada por um crescimento record do Produto Interno Bruto (PIB) de 17,7% (dados do Instituto Nacional de Estatísticas, INE), o mais alto registado na história do país. Este crescimento está fortemente alicerçado na retoma excepcional do turismo, setor responsável diretamente por mais de 25% do PIB.

Apesar desse crescimento excepcional num ano marcado pela desaceleração da economia mundial, a preocupação maior do país continua a ser a questão fiscal, devido ao nível de endividamento do país: Depois de ultrapassar os 155% em 2021, segundo as projeções do Banco Mundial, a dívida pública atingiu 127,7% do PIB em 2022.

Atualmente, o endividamento é uma preocupação mundial dos países e que tem efeitos sobre os mercados, sobretudo no acesso ao financiamento e na atração de investimentos externos.

Dado a conjuntura internacional e as consequentes incertezas a volta do plano de retoma da economia apresentado pelo Governo, os índices de confiança dos empresários foram reestabelecidos em 2022.

Relativamente a inflação em Cabo Verde, o INE registou uma taxa de 7,9% em 2022 face aos 1,9% verificado em 2021. Alguns fatores ajudam a explicar esse aumento: a guerra entre a Rússia e a Ucrânia continua a ter impactos significativos nos preços da energia (sobretudo petróleo) e no comportamento dos preços dos alimentos na Europa (principal mercado fornecedor de Cabo Verde), depreciação do câmbio face ao dólar, elevando os custos da importação. Além disso, internamente, para além do aumento da dívida pública influenciando os juros básicos da economia, o mau ano agrícola causado pela falta das chuvas tem tido efeitos imediatos na oferta de produtos de agricultura e pecuária, resultando no aumento dos preços de produtos importados.

A situação monetária é favorável com o crescimento do agregado Massa Monetária M2, que cresceu 5,9% em 2022 face aos 3,0% verificados em 2021. Entretanto, apesar da expansão da oferta monetária, dados do Banco de Cabo Verde mostram que o crédito a economia teve uma variação negativa de 0,8 pontos percentuais, pois aquele indicador passou de 6,1% em 2021 para 5,3% em 2022. A longo prazo, aliado as incertezas do mercado, os efeitos inflacionistas manterão uma pressão sobre as taxas de juros.



O sistema bancário mantém liquidez e solidez (rácio de solvabilidade de 22,3% em finais de 2022), apesar de um maior endividamento e risco do setor privado.

O rácio crédito vencido (com mais de 90 dias) teve melhoria, passando de 8,1% em 2021 para 7,8% em 2022,

O rácio crédito em risco agravou-se de 14,1% para 16,5% no mesmo período (dados do Banco de Cabo Verde). Contudo, o crédito bancário continua a ser a principal fonte de financiamento das famílias e das empresas. Outra importante fonte de financiamento da economia é a remessa dos emigrantes em que, que dados do Banco de Cabo Verde apontam para uma redução em 2022 face ao verificado em 2021 de 15,6% do PIB.

As reservas internacionais (líquidas) do país aumentaram 5,1% em termos homólogos em dezembro de 2022, permitindo cobrir 6 meses de importação de bens e serviços. Desde 2020 que esse rácio de cobertura das importações tem caído passando de 7,9 para 7,5 meses em 2021.

Apesar do nível de endividamento, Cabo Verde tem boas condições para atrair investimentos. O país é estável económica e financeiramente, goza de uma boa credibilidade externa e, tem tido capacidade de pagamento, honrando com os seus compromissos perante os credores. Esta é a visão do Banco Mundial que perspetiva a aposta do país sobretudo em setores estratégicos para o seu desenvolvimento como o turismo, os transportes marítimos e aéreos, a economia digital, a economia azul, a agricultura e a pecuária e, principalmente o setor energético.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Índice

FICHA TÉCNICA	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
Balanço	5
Demonstração dos resultados por natureza	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Demonstração de alterações no capital próprio	8
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1. NOTA INTRODUTÓRIA	10
2. Bases de apresentação	12
3. Políticas contabilísticas	13
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	29
RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO	30

FICHA TÉCNICA

Identificação

Relatório e contas do FUNDO SOBERANO DE GARANTIA DO INVESTIMENTO PRIVADO S.A. (doravante “FSGIP”, “Fundo Soberano” ou “Instituição”), para o exercício económico de 2022.

Objetivo

O presente relatório apresenta as demonstrações financeiras do FSGIP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as quais proporcionam informação acerca da posição financeira e do desempenho das atividades realizadas pelo Fundo, visando suportar de forma ajustada a tomada de decisão dos órgãos de gestão e ainda fornecer, às entidades responsáveis pela sua monitorização e fiscalização, dentre os quais citam-se o Banco de Cabo Verde, elementos conclusivos para a avaliação e averiguação da regularidade das atividades realizadas pela Instituição.

Metodologia

Para a elaboração das demonstrações financeiras do FSGIP realizou-se a análise aos dados primários gerados pela própria Instituição, os quais tiveram sua recolha contínua ao longo do ano e seu devido arquivo em formato físico e digital nas bases de dados mantidas pela mesma. A interpretação dos dados da atividade do Fundo levou à preparação das seguintes peças das demonstrações financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados por natureza;
- Demonstração dos fluxos de caixa do período;
- Demonstração das alterações no capital próprio;
- Anexo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

Em 31 de dezembro de 2022, e comparativamente ao período homólogo, a posição financeira do Fundo Soberano apresenta-se como se segue:

Período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022 e período homólogo

(Montantes expressos em CVE)

Rubricas	Notas	2 022			2 021
		Valores antes de provisões, imparidades e amortizações (1)	Provisões, imparidades e amortizações (2)	Valor Líquido (3) = (1) - (2)	Valor Líquido
ATIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		-	-	-	-
Disponibilidade em outras instituições de crédito	4	113 988 699	-	113 988 699	423 262 869
Aplicações em instituições financeiras		-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	6	8 396 380 730	-	8 396 380 730	8 495 662 772
Ativos financeiros ao custo amortizado	7	1 299 241 629	-	1 299 241 629	981 778 403
Outros ativos tangíveis	5	504 940	22 586	482 354	-
Outros ativos intangíveis		-	-	-	-
Outros ativos	8	1 102 777 677	-	1 102 777 677	1 102 650 000
Total dos ativos		10 912 893 675	22 586	10 912 871 089	11 003 354 044
PASSIVO					
Passivo por imposto corrente		-	-	-	-
Credores e outros recursos		-	-	-	-
Outros passivos	9	-	-	5 895 314	51 750
Total de Passivo		-	-	5 895 314	51 750
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital Realizado	10	-	-	9 923 850 000	9 923 850 000
Capital Subscrito e não realizado	11	-	-	1 102 650 000	1 102 650 000
Reserva legal e resultados transitados	12	-	-	(23 197 706)	-
Resultado do exercício		-	-	(96 326 519)	(23 197 706)
Total de Capital		-	-	10 906 975 775	11 003 302 294
Total de passivo + capital próprio		-	-	10 912 871 089	11 003 354 044

Contabilista Certificado



Éder Patrick Cardoso Lisboa

O Conselho de Administração




Demonstração dos resultados por natureza

Em 31 de dezembro de 2022, e comparativamente ao período homólogo, a Demonstração dos resultados por natureza do Fundo Soberano apresenta-se como se segue:

Período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em CVE)

Rubricas	Notas	2 022	2 021
Juros e rendimentos similares	13	11 556 850	1 649 041
Juros e encargos similares	14	(33 662)	(319 579)
		11 523 188	1 329 462
MARGEM FINANCEIRA			
Rendimentos de serviços e comissões		-	-
Encargos de serviços e comissões	15	(860 504)	(5 708 312)
Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	16	(100 353 566)	(18 533 186)
Resultados de ativos financeiros ao custo amortizado		-	-
		(89 690 882)	(22 912 036)
PRODUTO BANCÁRIO			
Custos com pessoal	17	(1 218 120)	-
Gastos gerais administrativos	18	(701 350)	(51 750)
Outros proveitos/ custos de exploração	19	(4 693 581)	(233 920)
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	(22 586)	-
Imparidade de ativos financeiro ao custo amortizado, líquida de reversões e recuperações	20	-	-
		(96 326 519)	(23 197 706)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS			
Imposto sobre o rendimento do período	21	-	-
		(96 326 519)	(23 197 706)
RESULTADO DO EXERCÍCIO			

Contabilista Certificado



Éder Patrick Cardoso Lisboa

O Conselho de Administração




Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2022, e comparativamente ao período homólogo, a demonstração dos fluxos de caixa do Fundo Soberano apresenta-se como se segue:

Período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022 e período homólogo

(Montantes expressos em CVE)

Rubricas	Notas	2 022	2 021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		-	-
Pagamentos a fornecedores	9 e 17	(79 950)	-
Pagamentos ao pessoal	9 e 18	(1 026 120)	-
Caixa gerada pelas operações		(1 106 070)	-
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		1 973 105	(736 303)
		867 035	(736 303)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Outros ativos tangíveis	5	(504 940)	-
Investimentos financeiros	6, 7, 15 e 19	(48 165 878 962)	(22 347 178 908)
Juros e gastos similares	14	(33 662)	(319 579)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	6 e 7	47 839 719 509	12 845 998 618
Juros e rendimentos similares	13	11 556 850	1 649 041
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(315 141 205)	(9 499 850 828)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Realização de capital		-	9 923 850 000
Recursos de outras instituições financeiras	8	5 000 000	-
Pagamentos respeitantes a:			
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		5 000 000	9 923 850 000
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(309 274 170)	423 262 869
Caixa e seus equivalentes no início do período		423 262 869	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período		113 988 699	423 262 869

Contabilista Certificado



Eder Patrick Cardoso Lisboa

O Conselho de Administração




Demonstração de alterações no capital próprio

Em 31 de dezembro de 2022, e comparativamente ao período homólogo, a demonstração dos fluxos de caixa do Fundo Soberano apresenta-se como se segue:

DESCRÇÃO	Notas	Capital realizado	Capital Não Realizado	Reserva legal	Resultados transferidos	Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio	(Montantes expressos em CVE)	
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022										
POSICÃO EM 01-01-2022	1	9 923 850 000	1 102 650 000	-	-	(23 197 706)	11 003 302 294	11 003 302 294		
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO										
Resultado líquido do período	23	-	-	-	-	(96 326 519)	(96 326 519)	(96 326 519)		
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	12	-	-	-	(23 197 706)	23 197 706	-	-		
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	(23 197 706)	(96 326 519)	(96 326 519)	(96 326 519)		
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Subscrições de capital	10 e 11	-	-	-	-	-	-	-		
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-		
Outras operações com detentores de capital		-	-	-	-	-	-	-		
OUTRAS OPERAÇÕES	3									
Prestações suplementares		-	-	-	-	-	-	-		
Reservas legais		-	-	-	-	-	-	-		
Outras reservas		-	-	-	-	-	-	-		
POSICÃO EM 31-12-2022	4	9 923 850 000	1 102 650 000	-	(23 197 706)	(96 326 519)	10 906 975 775	10 906 975 775		
1 + 2 + 3 + 4		9 923 850 000	1 102 650 000	-	(23 197 706)	(96 326 519)	10 906 975 775	10 906 975 775		
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021										
POSICÃO EM 01-01-2021	1									
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO										
Resultado líquido do período	23	-	-	-	-	(23 197 706)	(23 197 706)	(23 197 706)		
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	-		
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	-	(23 197 706)	(23 197 706)	(23 197 706)		
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Subscrições de capital	10 e 11	-	-	-	-	-	-	-		
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-		
Outras operações com detentores de capital		-	-	-	-	-	-	-		
OUTRAS OPERAÇÕES	3									
Prestações suplementares		-	-	-	-	-	-	-		
Reservas legais		-	-	-	-	-	-	-		
Outras reservas		-	-	-	-	-	-	-		
POSICÃO EM DE 31-12-2021	4	9 923 850 000	1 102 650 000	-	-	-	11 026 500 000	11 026 500 000		
1 + 2 + 3 + 4		9 923 850 000	1 102 650 000	-	-	-	11 026 500 000	11 026 500 000		

Contabilista Certificado



Eber Patrick Cardoso Lisboa

O Conselho de Administração



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Fundo Soberano de Garantia do Investimento Privado (doravante “FSGIP”, “Fundo Soberano” ou “Instituição”) foi criado a 14 de agosto de 2019 pela Lei n.º 65/IX/2019 de 14 de agosto publicada no n.º 1492, I Série, do B.O. da República de Cabo Verde, assumindo uma natureza jurídica de património autónomo, sob forma de sociedade anónima unipessoal.

A mencionada Lei criou o Fundo Soberano com um capital social inicial de 100.000.000€ (cem milhões de euros), dos quais 90.000.000€ (noventa milhões de euros) se encontram realizados pelo Estado e os restantes 10.000.000€ (dez milhões de euros) serão realizados com o produto da colocação no mercado de valores mobiliários de Títulos-rendimento de Mobilização de Capital (TRMC) de valor equivalente, pela Direção-Geral do Tesouro.

A Lei n.º 60/IX/2019, de 29 de julho determinou a extinção do *International Support For Cabo Verde Stabilization Trust Fund (Trust Fund)* e a transferência dos recursos detidos por este para o FSCGIP e para o Fundo Soberano de Emergência. De acordo com o artigo 2.º da referida Lei, os recursos do *Trust Fund* foram transferidos para o FSCGIP e para o Fundo Soberano de Emergência na proporção de 90% e 10% respetivamente. Neste contexto, foram transferidos 90.000.000€ (noventa milhões de euros) do *Trust Fund* para o Fundo Soberano, sem quaisquer formalidades que não as de mero registo contabilístico, tendo esta transação suportado o capital social realizado pelo Estado cabo-verdiano.

Os recursos do Fundo Soberano são aplicados e geridos pelo Banco de Portugal, em pro-bono acordado entre as partes, em conformidade com o contrato de gestão financeira formalizado a 5 de julho de 2021.

O FSGIP tem por objeto garantir a emissão de valores mobiliários, em particular títulos de dívida, por empresas comerciais privadas de direito cabo-verdiano em mercados regulamentados para financiamento dos respetivos investimentos, concessão de garantias a operações de financiamento e operações financeiras de natureza equivalente de que sejam beneficiárias empresas comerciais privadas de direito cabo-verdiano.

A prestação de garantias, para além de observar o disposto na presente Lei, rege-se por regulamento próprio aprovado pelo membro do Governo responsável pela área das Finanças, sob proposta do Conselho de Administração e parecer do Conselho Consultivo e do Fiscal Único do Fundo Soberano.

O Fundo Soberano tem a natureza de jurídica de património autónomo, respondendo exclusivamente pelas dívidas encargos e responsabilidades em que incorra no decurso da sua atividade.

As Demonstrações Financeiras apresentadas para o exercício económico de 2022 têm por objetivo proporcionar informação apropriada da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa do Fundo Soberano e de suas alterações no exercício corrente, visando suportar, de forma adequada, a tomada de decisão dos Órgãos de Gestão, além de também fornecerem, às entidades responsáveis pela sua fiscalização, elementos conclusivos para a avaliação da *performance* e para a averiguação da conformidade das atividades realizadas por esta entidade com a legislação em vigor.

O anexo às demonstrações financeiras apresenta informação acerca das bases para a sua preparação e divulga esclarecimento sobre as políticas adotadas. Complementarmente, o anexo divulga informações exigidas pelas normas contabilísticas e de relato financeiro que complementam a informação apresentada na demonstração da posição financeira, na demonstração dos resultados por natureza, na demonstração dos fluxos de caixa do período e na demonstração das alterações no capital próprio do período, de forma a proporcionar uma melhor compreensão da documentação produzida pela Instituição.

As notas do anexo são apresentadas de forma sistemática e para cada item assinalado nas demonstrações financeiras apresentadas.

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos sob gestão do Banco de Portugal, encontram-se detalhados nas Notas 6 e 7.

2. Bases de apresentação

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras do Fundo Soberano foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos seus registos contabilísticos mantidos de acordo com o Plano de contas do sistema bancário cabo-verdiano nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras do Fundo Soberano foram preparadas considerando o custo histórico das operações, exceto no que se refere à carteira de ativos financeiros mensurados ao justo valor.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em Escudos Cabo-Verdianos (CVE), a qual é a moeda funcional do Fundo Soberano e da economia de Cabo Verde.

d) Uso de estimativas, julgamentos e pressupostos

A preparação das demonstrações financeiras requer a realização de julgamentos e estimativas e a consideração de pressupostos pelo Conselho de Administração do Fundo Soberano que têm impacto sobre a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes registados em ativos, passivos, rendimentos e gastos. Os resultados efetivamente obtidos podem divergir dessas estimativas.

A revisão das estimativas, julgamentos e pressupostos é realizada numa base contínua. As revisões de estimativas contabilísticas são reconhecidas prospectivamente.

A informação sobre as estimativas, incertezas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contabilísticas têm o maior impacto nos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras encontram-se descritas na Nota 2 alínea m).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e serão submetidas ao Ministro das Finanças e Fomento Empresarial, não existindo qualquer indício que demonstre que as mesmas venham a sofrer quaisquer alterações.

3. Políticas contabilísticas

a) Especialização de exercícios

O Fundo Soberano regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios segundo o qual os proveitos e custos são reconhecidos / registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício.

c) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações de liquidez

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de contratação e cujo risco de variação de valor é imaterial, onde se incluem a caixa e equivalentes de caixa e as aplicações de liquidez em Instituições Financeiras.

d) Ativos e passivos financeiros

Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- i) Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado;
- ii) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas; ou
- iii) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

A classificação efetuada depende dos seguintes aspetos, exceto quando seja aplicada a

opção de mensurar o instrumento financeiro pelo seu justo valor através de ganhos e perdas:

- O modelo de negócio da entidade para a gestão do ativo financeiro;
- As características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado pelo custo amortizado se forem satisfeitas as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da recolha de fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolso de capital e pagamentos de juro sobre o capital em dívida.

O Fundo Soberano inclui nesta categoria de mensuração ao custo amortizado, fundamentalmente, títulos de dívida soberana.

Os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Adicionalmente, estão sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas, as quais são registadas por contrapartida da rubrica "Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado" da Demonstração dos Resultados.

Os juros dos ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de "Juros e rendimentos similares", com base no método da taxa de juro efetiva. Os ganhos ou perdas geradas no momento do seu desreconhecimento são registados na rubrica "Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros ao custo amortizado".

Ativos financeiros ao justo valor através de reservas

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas" (FVOCI) se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido num modelo de negócio em que o objetivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse ativo financeiro;
- Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Estes instrumentos são essencialmente compostos por instrumentos de dívida.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de reservas e, no momento da sua alienação, os respetivos ganhos ou perdas acumuladas em reservas são reclassificados para uma rubrica específica de resultados.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas estão também sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas. As perdas por imparidade estimadas são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas”, por contrapartida de reservas, e não reduzem a quantia escriturada do ativo financeiro no balanço.

Os juros, prémios ou descontos dos ativos financeiros ao justo valor através de reservas são reconhecidos na rubrica de “Juros e rendimentos similares” com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos de capital ao justo valor através de reservas são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de reservas. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

À data do presente documento o Fundo Soberano não detém ativos financeiros mensurados ao justo valor por reservas.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados” (FVPL) se o modelo de negócio definido pela Instituição para a sua gestão ou as características dos seus fluxos de caixa contratuais não cumprirem as condições acima descritas para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI.

Adicionalmente, a Instituição pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro, que cumpra os critérios para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI, ao justo valor através de ganhos e perdas, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento desta natureza de ativos.

O Fundo Soberano classificou como “Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados” os seguintes tipos de ativos:

- Os ativos financeiros classificados nesta rubrica são adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo;
- Os instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratuais não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida (SPPI);
- Os ativos financeiros que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de reservas, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de reservas.

Considerando que as transações efetuadas pela Instituição no decurso normal da sua atividade são em condições de mercado, os ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes ativos financeiros são reconhecidas em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na rubrica de "Juros e rendimentos similares" com base na taxa de juro efetiva de cada transação, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria. Os ganhos ou perdas geradas no momento do seu desreconhecimento ou resultados da alteração do justo valor destes ativos são registados na rubrica "Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados".

Justo Valor

Os ativos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado, com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. A Instituição procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Perdas por imparidade

As perdas por imparidade são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais e todos os fluxos de caixa que a Instituição espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são reconhecidas para todos os ativos financeiros, exceto para os ativos classificados ou designados ao justo valor através de resultados. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas pela mesma via caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num exercício posterior.

As perdas de crédito esperadas têm por base um conjunto de possíveis resultados e consideram toda a informação razoável e suportável disponível, nomeadamente, no que respeita ao sobre fluxos de caixa futuros.

A estimativa de perdas de crédito esperadas é obtida para cada exposição específica, tendo em consideração as características dos ativos financeiros e dos respetivos devedores.

À data das demonstrações financeiras, os ativos financeiros que são classificados na categoria de custo amortizado correspondem a títulos de dívida soberana emitida por Estados europeus.

e) Ativos fixos tangíveis

Nos termos da Norma IAS 16 – “Ativos fixos tangíveis”, os ativos fixos tangíveis utilizados pelo Fundo para o desenvolvimento da sua atividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumulada.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do

bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, o qual corresponde aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Adquiridos até 2015	Adquiridos após 2015
Imóveis de serviço próprio	50	33-60
Equipamento:		
Mobiliário e Material de Escritório	8	8
Máquinas e ferramentas	5	6-5
Equipamento informático	5	3-5
Instalações interiores	4-5	5-8
Material de transporte	5-6	7
Equipamento de segurança	5-12	5-10
Outros equipamentos	6	8

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo modelo do custo, com imputação duodecimal, utilizando o método de linha reta para mensuração das depreciações.

Os terrenos não são objeto de amortização.

f) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado nas atividades desenvolvidas pelo Fundo Soberano.

Os outros ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como gastos do exercício em que são incorridas.

g) Impostos sobre lucros

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) a uma taxa agregada de IUR é de 22,44%, que corresponde à taxa de IUR de 22% acrescido da taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado.

O Fundo Soberano está a efetuar uma diligência junto da Autoridade Tributária para confirmar que é um sujeito passivo de IUR, não obstante ter entregue, para os exercícios fiscais de 2021 e 2022, as respetivas declarações fiscais.

h) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

As provisões são revistas no final de cada reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis. As provisões são desreconhecidos através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas, ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

j) Reconhecimento/desreconhecimento de ativos e passivos

Os ativos são bens e direitos controlados pelo Fundo como resultado de acontecimentos passados dos quais se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros. Os passivos são obrigações presentes da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte numa saída ou aplicação de recursos incorporando benefícios económicos.

k) Reconhecimento de resultados

Os rendimentos e ganhos e os gastos e perdas são levados à conta de resultados nos períodos em que são gerados.

l) Benefícios aos Empregados

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

m) Principais estimativas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Instituição. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Companhia incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 1 d).

4. Disponibilidade em outras instituições de crédito

A rubrica “Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito” releva o valor de disponibilidades detidas pelo Fundo Soberano junto de Instituições Financeiras nacionais e estrangeiras. À data de referência das demonstrações financeiras, e considerando o país onde se encontram localizados os depósitos do Fundo Soerano, as disponibilidades desagregam-se da seguinte forma:

Depósitos à Ordem	31-12-22022	31/12/2021	Valores em CVE	
			Abs	%
No estrangeiro	110 701 787	423 262 869	-312 561 082	-74%
No país	3 286 912		3 286 912	100%
Total	113 988 699	423 262 869	-309 274 170	-73%

Os valores depositados em Cabo Verde, encontram-se constituídos junto do Banco Caixa Económica de Cabo Verde e dizem respeito a uma conta de depósitos à ordem em escudo cabo-verdianos que se encontra avaliada em CVE 3.286.912. Por sua vez, o valor de depósitos constituídos no estrangeiro dizem respeito a uma conta de depósitos à ordem, constituída em moeda estrangeira (Euro), detida pelo Fundo Soberano junto do Bank of New York Mellon.

À data de referência das demonstrações financeiras, o valor do depósito constituído junto desta Instituição Financeira encontra-se avaliado em CVE 110.701.787 (2021: CVE 423.262.868), o equivalente a 1.003.961 Euros. Esta informação encontra-se detalhada na tabela seguinte:

Depósitos à ordem	31/12/2022		31/12/2021	
	Valores em Euros	Valores em CVE	Valores em Euros	Valores em CVE
Bank of New York Mellon	1 003 961	110 701 787	3 838 597	423 262 868

5. Outros ativos tangíveis

A rubrica “Outros ativos tangíveis” em 31 de dezembro de 2022, apresenta a seguinte composição:

Outros ativos tangíveis	Aquisições	Exercício de 2022 (valores em CVE)		
		Imparidade e amortização acumulada de anos anteriores	Imparidade e amortização do exercício	Valor líquido contabilístico
Mobiliário e material de escritório	504 940	0	22 586	482 354
Total	504 940		22 586	482 354

O valor das amortizações do exercício totalizaram 22.586 CVE.

6. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

O Fundo Soberano detém, à data de referência das demonstrações financeiras, uma carteira de ativos financeiros mensurada ao justo valor através de resultados. Durante o ano de 2022, foram realizadas várias transações envolvendo títulos soberanos de jurisdições como a Bélgica, Irlanda e Portugal.

Com referência a 31 de dezembro de 2022 a carteira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados encontrava-se avaliada em CVE 8.396.380.730 (2021: CVE 8.495.662.772), desagregando-se como se segue:

31 de dezembro de 2022:

ISIN	País emissor	Descrição do título	Valores em Euros		Valores em CVE	
			Valor Nominal	Valor Mercado	Valor Nominal	Valor Mercado
BE0312791636	Bélgica	Belgian Government Bill 2023/11/09	11 000 000	10 743 301	1 212 915 000	1 184 610 101
FR0127462911	França	French Government Bill 2023/11/29	31 000 000	30 258 558	3 418 215 000	3 336 459 940
DE0001030906	Alemanha	German Government Bill 2023/11/22	28 000 000	27 372 397	3 087 420 000	3 018 217 386
IT0005523854	Italia	Italian Government Bill 2023/12/14	8 000 000	7 773 031	882 120 000	857 093 303
Total			78 000 000	76 147 288	8 600 670 000	8 396 380 730

31 de dezembro de 2021:

ISIN	País emissor	Descrição do título	Valores em Euros		Valores em CVE	
			Valor Nominal	Valor Mercado	Valor Nominal	Valor Mercado
ES0L02209093	Espanha	Spain, LET 0% 9sep2022, EUR	36 200 000	36 346 979	3 991 593 000	4 007 799 652
IE00BDHDPQ37	Irlanda	Irish Government Zero Coupon Bond 2022/10/18	8 400 000	8 437 128	926 226 000	930 319 919
BE0312785570	Bélgica	Belgian Government Bill 2022/11/10	12 000 000	12 066 500	1 323 180 000	1 330 512 603
IT0005472953	Itália	Italian Government Bill 2022/12/14	20 100 000	20 197 076	2 216 326 500	2 227 030 598
Total			76 700 000	77 047 683	8 457 325 500	8 495 662 772

A classificação destes títulos numa carteira desta natureza prende-se pelo modelo de negócio definido pelo Fundo Soberano para estes ativos financeiros dado que a finalidade da aquisição e gestão destes títulos prende-se pela avaliação de oportunidades de negócio que possibilitem a sua venda, no curto prazo, e pelo facto de estes títulos apresentarem um cupão de taxa zero.

O valor de mercado foi obtido através da obtenção da cotação, à data de referência das demonstrações financeiras de cada um dos títulos detidos pelo Fundo Soberano tendo em consideração a informação disponível no mercado.

A variação na composição da carteira resulta das transações efetuadas pelo Fundo

Soberano durante o exercício contabilístico. Em resultado das compras e vendas de títulos, e das variações de justo valor desta carteira de ativos financeiros, o Fundo Soberano reconheceu perdas avaliadas em CVE 100.353.566 (2021: CVE 18.533.186) na demonstração de resultados, na rubrica de “Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de resultados” (ver Nota 16).

7. Ativos financeiros ao custo amortizado

O Fundo Soberano detém, à data de referência das demonstrações financeiras, uma carteira de ativos financeiros mensurada ao custo amortizado. Esta carteira é composta por títulos de dívida soberana emitida por países da Zona Euro, nomeadamente, da França, Itália e Espanha.

Com referência a 31 de dezembro de 2022 a carteira de ativos financeiros custo amortizado apresentava um valor de balanço avaliado em CVE 1.299.241.629 (2021: CVE 981.778.403), desagregando-se como se segue:

31 de dezembro de 2022:

ISIN	País emissor	Taxa do cupão	Descrição do título	Valores em Euros			Valores em CVE		
				Valor Nominal	Valor de Mercado	Valor de Balanço	Valor Nominal	Valor de Mercado	Valor de Balanço
ES0000012E51	Espanha	1,45%	Spanien, Königreich 1,45% 19/29	125 000	113 864	137 046	13 783 125	12 555 179	15 111 405
ES0000012F76	Espanha	0,50%	Spanien, Königreich 0,5% 20/30	1 188 000	979 124	1 198 285	130 994 820	107 963 137	132 128 843
ES0000012H41	Espanha	0,10%	Spanien, Königreich 0,1% 21/31	617 000	472 021	604 551	68 033 505	52 047 362	66 660 833
ES0000012411	Espanha	5,75%	Spanien, Königreich 5,75% 02/32	774 000	938 236	1 160 588	85 345 110	103 454 608	127 969 992
FR0013313582	França	1,25%	Frankreich, Republik 1,25% 17/34	1 085 000	894 131	1 189 928	119 637 525	98 591 300	131 207 438
FR0010070060	França	4,75%	Frankreich, Republik 4,75% 03/35	758 000	897 122	1 175 118	83 580 870	98 921 121	129 574 377
FR0013154044	França	1,25%	Frankreich, Republik 1,25% 15/36	1 084 000	856 321	1 191 844	119 527 260	94 422 225	131 418 696
IT0005416570	Itália	0,95%	Italien, Republik 0,95% 20/27	1 170 000	1 031 120	1 184 347	129 010 050	113 696 409	131 694 619
IT0005433690	Itália	0,25%	Italien, Republik 0,25% 21/28	606 000	500 881	603 010	66 820 590	55 229 605	66 490 944
IT0005365165	Itália	3,00%	Italy, BTP 3% 1aug2029, EUR	359 000	340 091	420 285	39 585 135	37 500 081	46 342 733
ES0000012806	Espanha	2,35%	Spain, OBL 2.35% 30jul2033, EUR	988 000	890 674	1 167 547	108 941 820	98 210 190	128 739 547
ES0000012F43	Espanha	0,60%	Spain, OBL 0.6% 31oct2029, EUR	282 000	237 515	291 990	31 094 730	26 188 553	32 198 296
IT0005445306	Itália	0,50%	Italy, BTP 0.5% 15jul2028, EUR	614 000	508 529	598 536	67 702 710	56 072 925	65 997 525
ES0000012I32	Espanha	0,50%	Spain, OBL 0.5% 31oct2031, EUR	617 000	480 492	599 497	68 033 505	52 981 465	66 103 587
ES0000012K53	Espanha	0,80%	Spain, OBL 0.8% 30jul2029, EUR	126 000	108 126	124 426	13 893 390	11 922 501	13 719 871
IT0005467482	Itália	0,45%	Italy, BTP 0.45% 15feb2029, EUR	135 000	108 497	125 923	14 885 775	11 963 384	13 884 923
Total				10 528 000	9 356 741	11 782 901	1 160 869 920	1 031 721 044	1 299 241 629

31 de dezembro de 2021:

ISIN	País emissor	Taxa do cupão	Descrição do título	Valores em Euros			Valores em CVE		
				Valor Nominal	Valor de Mercado	Valor de Balanço	Valor Nominal	Valor de Mercado	Valor de Balanço
ES0000012E51	Espanha	1,45%	Spanien, Königreich 1,45% 19/29	125 000	137 358	138 393	13 783 125	15 145 764	15 259 953
ES0000012F76	Espanha	0,50%	Spanien, Königreich 0,5% 20/30	876 000	890 932	899 519	96 592 140	98 238 665	99 185 420
ES0000012H41	Espanha	0,10%	Spanien, Königreich 0,1% 21/31	617 000	596 541	602 819	68 033 505	65 777 598	66 469 811
ES0000012411	Espanha	5,75%	Spanien, Königreich 5,75% 02/32	570 000	890 745	895 153	62 851 050	98 217 982	98 704 073
FR0013313582	França	1,25%	Frankreich, Republik 1,25% 17/34	794 000	885 472	895 985	87 550 410	97 636 589	98 795 762
FR0010070060	França	4,75%	Frankreich, Republik 4,75% 03/35	554 000	869 843	891 361	81 086 810	98 118 504	98 285 905
FR0013154044	França	1,25%	Frankreich, Republik 1,25% 15/36	792 000	864 952	897 606	87 329 880	97 579 285	98 974 486
IT0005416570	Itália	0,95%	Italien, Republik 0,95% 20/27	865 000	885 982	898 672	95 379 225	97 693 888	99 092 085
IT0005433690	Itália	0,25%	Italien, Republik 0,25% 21/28	606 000	581 819	602 319	66 820 590	65 256 921	66 414 740
IT0005365165	Itália	3,00%	Italy, BTP 3% 1aug2029, EUR	359 000	421 337	426 991	39 585 135	46 458 750	47 082 216
ES0000012806	Espanha	2,35%	Spain, OBL 2.35% 30jul2033, EUR	718 000	860 563	874 251	79 170 270	94 889 928	96 399 289
ES0000012F43	Espanha	0,60%	Spain, OBL 0.6% 31oct2029, EUR	282 000	289 640	292 595	31 094 730	31 937 171	32 262 988
IT0005445306	Itália	0,50%	Italy, BTP 0.5% 15jul2028, EUR	295 000	291 940	290 351	32 528 175	32 190 734	32 015 590
ES0000012I32	Espanha	0,50%	Spain, OBL 0.5% 31oct2031, EUR	293 000	291 733	297 792	32 307 645	32 167 935	32 836 086
Total				7 746 000	8 808 867	8 903 808	854 112 690	971 309 715	981 778 403

A classificação destes títulos numa carteira desta natureza prende-se pelo modelo de negócio definido pelo Fundo Soberano para estes ativos financeiros dado que a finalidade da aquisição e gestão destes títulos prende-se pela recolha dos fluxos de caixa contratuais de cada título.

A Administração do Fundo entendeu não reconhecer imparidades associadas a esses

ativos financeiros pelos motivos apresentados na Nota 20.

8. Outros Ativos

Com referência a 31 de dezembro de 2022, e comparativamente ao período homólogo, os “Outros ativos” apresentam a seguinte composição:

Outros ativos	31/12/2022	31/12/2021	Variação	
			Var abs	Var %
Devedores e outras aplicações	1 102 650 000	1 102 650 000	-	0%
Custos diferidos	47 769	-	47 769	100%
Adiantamentos a fornecedores	76 903	-	76 903	100%
Outros ativos	3 005	-	3 005	100%
Total	1 102 777 677	1 102 650 000	127 677	0,01%

A rubrica “Devedores e outras aplicações” refere-se, essencialmente, ao capital subscrito e ainda não realizado no valor de CVE 1.102.650.000, por parte da Direção Geral do Tesouro.

De referir que o Fundo tem um capital social de €100.000.000, dos quais € 90.000.000 foram realizados, de imediato, pelo Estado por afetação de recursos do International Support For Cabo Verde Trust Fund, sendo o remanescente de €10.000.000 subscrito e não realizado, a serem realizados com o produto da colocação no mercado de valores mobiliários de Títulos rendimento de Mobilização de Capital (TRMC) de valor equivalente pela Direção Geral do Tesouro.

O saldo remanescente da rubrica diz respeito, essencialmente, a custos diferidos e adiantamentos realizados a fornecedores.

9. Outros passivos

A 31 de dezembro de 2022 OS “Outros passivos” encontram-se avaliados em 5.895.314 CVE (2021: CVE 51.750), apresentando a seguinte decomposição por natureza de saldo:

Outros passivos	31/12/2022	31/12/2021	Variação	
			Var abs	Var %
Sector público administrativo	203 100	-	203 100	100%
Direção Geral do Tesouro	5 000 000	-	5 000 000	100%
Fornecedores Diversos	514 891	-	514 891	100%
Credores por acréscimos e gastos	177 323	51 750	125 573	243%
Total	5 895 314	51 750	5 843 564	543%

Com base nos dados apresentados verifica-se que o saldo é composto, essencialmente por um adiantamento concedido pela Direção Geral do Tesouro, parte relacionada do Fundo Soberano, no valor de CVE 5.000.000, para suportar as despesas operacionais de arranque do Fundo. O demais saldo diz respeito a valores a pagar ao pessoal e terceiros.

10. Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2022 o capital subscrito e realizado do Fundo Soberano encontrava-se avaliado em CVE 9.923.850.000, conforme mencionado na Nota 8 do presente anexo. Comparativamente ao ano anterior não houve quaisquer alterações nesta rubrica.

Capital Próprio	31/12/2022	31/12/2021	Valores em CVE	
			Var abs	Var %
Capital Realizado	9 923 850 000	9 923 850 000	-	0%
Total	9 923 850 000	9 923 850 000	0	0%

11. Capital subscrito e não realizado

Como referido na Nota 8 do presente anexo, com referência a 31 de dezembro de 2022 o capital subscrito e não realizado do Fundo Soberano encontrava-se avaliado em CVE 1.102.650.000 (2021: CVE 1.102.650.000). A sua realização encontra-se prevista aquando da emissão dos TRMC por parte da Direção Geral do Tesouro.

Capital Próprio	31/12/2022	31/12/2021	Valores em CVE	
			Var abs	Var %
Capital Subscrito e não realizado	1 102 650 000	1 102 650 000	-	0%
Total	1 102 650 000	1 102 650 000	0	0%

12. Reserva Legal e Resultados Transitados

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica apresentada encontra-se avaliada em CVE - 23.197.706 referindo-se ao montante da aplicação do resultado líquido do exercício de 2021 á rubrica de "Resultados transitados".

Capital Próprio	31/12/2022	31/12/2021	Valores em CVE	
			Var abs	Var %
Reserva legal	-	-	-	0%
Resultados transitados	(23 197 706)	-	(23 197 706)	100%
Total	-23 197 706	0	-23 197 706	100%

13. Juros e rendimentos similares

A 31 de dezembro de 2022 os rendimentos com juros à carteira de investimentos detida pelo Fundo Soberano avaliam-se em CVE 11.556.850 (2021: CVE 1.649.041), realidade que representa um crescimento avaliado em CVE 9.907.809 comparativamente ao ano de 2021. Os rendimento apresentados são exclusivamente provenientes da carteira de ativos

financeiros ao custo amortizado uma vez que esta é a única que apresenta instrumentos financeiros com cupão. O crescimento dos rendimentos com juros resulta no crescimento da carteira de ativos financeiros ao custo amortizado (ver Nota 7).

Margem financeira	31/12/2022	31/12/2021	Valores em CVE	
			Var abs	Var %
Juros e rendimentos similares	11 556 850	1 649 041	9 907 809	601%
Total	11 556 850	1 649 041	9 907 809	601%

14. Juros e encargos similares

A 31 de dezembro de 2022 o saldo da rubrica de “Juros e encargos similares” refere-se a juros cobrados pelo Banco New York Mellon sobre o saldo da conta de depósitos à ordem detida pelo Fundo Soberano para efeitos da gestão da sua carteira de ativos financeiros. À data das demonstrações financeiras, o saldo desta rubrica encontrava-se avaliado em CVE -33.662 (2021: CVE -319.579).

Margem financeira	31/12/2022	31/12/2021	Valores em CVE	
			Var abs	Var %
Juros e encargos similares	33 662	319 579	(285 917)	-89%
Total	33 662	319 579	-285 917	-89%

15. Encargos de serviços e comissões

A 31 de dezembro de 2022 o saldo da rubrica de “Encargos de serviços e comissões” refere-se a encargos suportados pelo Fundo Soberano com a custódia de títulos e com as ordens de compra e venda de títulos, executadas durante o exercício, da sua carteira de ativos financeiros. À data de referência das demonstrações financeiras, o saldo desta rubrica encontrava-se avaliado em CVE -860.504 (2021: CVE -5.708.312).

Encargos de serviços e comissões	31/12/2022	31/12/2021	Valores em CVE	
			Var abs	Var %
Encargos de serviços e comissões	860 504	5 708 312	(4 847 808)	-85%
Total	860 504	5 708 312	-4 847 808	-85%

16. Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de resultados

A 31 de dezembro de 2022 o saldo da rubrica de “Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de resultados” diz respeito às valias potenciais e realizadas reconhecidas com a carteira de ativos financeiros ao justo valor por resultados. As valias potenciais resultam das variações de justo valor dos títulos em carteira desta a sua data de aquisição ou última data de balanço, dependendo se é um título adquirido no exercício corrente, e a data de referência das demonstrações financeiras. Por sua vez, as valias realizadas resultam da diferença entre o valor de venda dos títulos e do seu valor à data de aquisição ou última data de balanço, dependendo se é um título adquirido no exercício corrente

À data das demonstrações financeiras, o saldo desta rubrica encontrava-se avaliado em CVE -100.353.566 (2021: CVE -18.533.186) decorrente das perdas verificadas na variação de justo valor dos ativos financeiros em carteira ao justo valor através de resultados e das perdas verificadas na venda de ativos financeiros desta mesma carteira durante o exercício de 2022.

Resultados com operações financeiras	31/12/2022	31/12/2021	Valores em CVE	
			Var abs	Var %
Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-100 353 566	-18 533 186	-81 820 380	441%
Total	-100 353 566	-18 533 186	-81 820 380	441%

17. Custos com pessoal

A 31 de dezembro de 2022 o saldo da rubrica “Custos com pessoal” encontrava-se avaliada em CVE 1.218.120. De referir que no ano anterior o valor apurado para esta rubrica foi nulo considerando que o Fundo Soberano ainda não apresentava um quadro de pessoal ativo.

Custos com pessoal	31/12/2022	31/12/2021	Valores em CVE	
			Var abs	Var %
Custos com pessoal	1 218 120	-	1 218 120	100%
Total	1 218 120	0	1 218 120	100%

18. Gastos gerais administrativos

A 31 de dezembro de 2022 o saldo da rubrica “Gastos gerais administrativos” encontrava-se avaliada em CVE 701.350 (2021: CVE 51.750). A composição da rubrica, à data de referência e comparativamente ao período homólogo, é como se segue:

Gastos gerais administrativos	31/12/2022	31/12/2021	Valores em CVE	
			Variação	
			Var abs	Var %
Serviços especializados	430 284	51 750	378 534	731%
Rendas e alugueres	163 611	-	163 611	100%
Comunicações e despesas de expen	11 040	-	11 040	100%
Outros	96 415	-	96 415	100%
Total	701 350	51 750	649 600	100%

19. Outros proveitos e custos de exploração

A 31 de dezembro de 2022 o saldo da rubrica “Outros proveitos e custos de exploração” encontrava-se avaliada em CVE 4.693.581 (2021: CVE 233.920). A composição da rubrica, à data de referência, é essencialmente referente a impostos de capitais que incidem sobre os rendimentos com juros associados aos títulos de dívida soberana italiana.

20. Imparidade de ativos financeiro ao custo amortizado, líquida de reversões e recuperações

A carteira avaliada ao custo amortizado é composta por títulos de dívidas soberanas (obrigações do Tesouro) de países da Zona Euro. Na avaliação de imparidade da carteira de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o Conselho de Administração do Fundo Soberano assume o pressuposto de baixo risco de crédito associado a esta natureza de instrumentos financeiros atribuindo-lhes uma Expected Credit Loss (ECL) nula.

Avaliando o rating internacional destes países e as práticas seguidas no mercado, considera-se que o risco de crédito associado a estes ativos não é significativo.

21. Imposto sobre rendimento do período

À semelhança do ano anterior, para o ano de 2022 o Fundo Soberano não apurou a existência de imposto a pagar em sede de IUR.

De notar que o Fundo Soberano está a efetuar uma diligência junto da Autoridade Tributária para confirmar que é um sujeito passivo de IUR, não obstante ter entregue, para os exercícios fiscais de 2021 e 2022, as respetivas declarações fiscais.

22. Órgãos de Gestão e de Fiscalização do FSGIP

De 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, os membros compuseram o Conselho de Administração do Fundo Soberano foram os seguintes:

- **Presidente do Conselho Administrativo**
Pedro Mendes de Barros – (a partir de 13 de julho de 2022)
- **1º Vogal**
João Carlos Tavares Fidalgo
- **2ª Vogal**
Manuela Santos Delgado

A 17 de fevereiro de 2023 foi deliberada a nomeação de Ana Elizabeth Pires Carvalho Vicente como 2ª Vogal do Conselho de Administração do Fundo Soberano, para um período de 3 anos, pela publicação da Portaria nº17/2023 de 17 de fevereiro.

23. Proposta de aplicação de resultados

Nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 297.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido negativo do Fundo Soberano de Garantia do Investimento Privado de Cabo Verde, no valor de CVE - 96.326.519 CVE (noventa e seis milhões, trezentos e vinte e seis mil, quinhentos e dezanove escudos) seja aplicado em Resultados Transitados.

24. Eventos subsequentes

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração do Fundo, não se verificavam outros factos subsequentes a 31 de dezembro de 2022, data de referência das referidas demonstrações financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos ativos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de Balanço.

Entretanto, importa referir a emissão de 100.000 Títulos de Rendimento de Mobilização de Capital (TRMC) ordinárias de valor nominal de 1000 CVE para realização do Capital Social do Fundo nos termos dos artigos 4º e 7º da Lei n.º 65/IX/2019 de 14 de agosto, alterada pela Lei n.º 111/IX/2021 de 08 de janeiro.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE